



# Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 119, Julho de 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

*Presidente*

Antonio Oliveira Santos

*Chefe do Gabinete da Presidência*

Lenoura Schmidt

*Chefe da Assessoria de Gestão das Representações*

Wany Liete Pasquarelli

*Equipe*

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Oscar Nóbrega

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

*Design gráfico*

Assessoria de Comunicação

*Revisão*

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

---

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



## Veja nesta edição

Comitê de Formação e Capacitação Empreendedora apresenta potenciais oportunidades para o comércio.

**Página 7**

Ministro do Trabalho realiza o lançamento do aplicativo Sine Fácil durante a reunião do Fórum Nacional da Aprendizagem.

**Página 9**

Apresentação sobre o Plano de Ação Quinquenal (PAQ) no Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC).

**Página 12**

Conselho das Cidades transfere a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades - CNC para os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2017.

**Página 15**

Grupo de Assessoramento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) apresenta proposta de revogação para Resoluções em conflito com a legislação ambiental.

**Página 17**

Conselheiros debatem a importância dos projetos da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho).

**Página 20**

Conselho Nacional de Imigração (CNIg) debate visto de visita e assistência técnica aos estrangeiros no Brasil.

**Página 22**

Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-EUA (Cebeu) e o Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET) realizaram Missão de Defesa de Interesse em Washington D.C.

**Página 26**

Reunião Plenária do Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

**Página 31**

Retomadas as negociações da Comissão Tripartite Permanente Nacional da Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e Saúde em Estabelecimentos de Saúde.

**Página 35**

## ■ EDUCAÇÃO/CULTURA

---

### Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### Representação

GT - Iniciação Empreendedora

### Representantes

---



#### Titular

Daniela Jorge Brito

*Assessora Técnica da Gerência de Implementação e Integração Educacional do Senac-DN*

---



#### 1ª Suplente

Daniela Papelbaum

*Gerente de Desenvolvimento Educacional do Senac/DN*

---



#### 2ª Suplente

Cristiane de Souza Soares

*Assessora*

*Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 21 de junho de 2017

O representante da SMPE apresentou as escalas de amadurecimento para apoio aos projetos da SMPE. Todas as propostas passam por um filtro chamado de Oficina de Descobertas, onde os projetos são debatidos e questionados para que possam ser indicados para a fase onde é aplicada a metodologia da Google Design Sprint, para o desenvolvimento dos projetos que passam pela etapa de MVP (*Minimum Value Project*), uma espécie de projeto-piloto, para que a partir dos resultados levantados possam ser lançados em uma escala nacional. Dessa forma também os recursos financeiros passam a ser alocados na medida do alcance das metas e dos resultados positivos.

O diretor Fabio Silva apresentou o relato da experiência do projeto Instituição Amiga do Empreendedor que tem parceria com o MEC, visando fomentar o empreendedorismo no meio universitário, assim como encontra-se em estudo a possibilidade de transformar-se em quesito de pontuação na avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O método de trabalho será suportado por ferramentas de acesso, de uso gratuito, tais como Trello, Zoom e Google Drive.

Estão listadas 34 propostas que foram encaminhadas ao Fórum e que deverão ser distribuídas aos três Grupos de Trabalho (Iniciação Empreendedora, Sustentabilidade dos Negócios e Parceiros Públicos Privados).

As propostas serão avaliadas e os ajustes serão anotados no campo de recomendações (a ser criado). As propostas que não apresentarem clareza quanto aos seus objetivos serão reencaminhadas aos seus autores para ajustes, e posterior avaliação.

Com relação à agenda, tem-se propostas de intercalar encontros presenciais com virtuais. Os próximos encontros estão previstos para 19 e 25 de julho (a confirmar).

A reunião contou com a colaboração do assessor do Senac/DF, Murillo Alencar Bezerra, que identificou potenciais oportunidades de contribuição em:

Pesquisas nacionais dos fóruns técnicos setoriais;  
Mapas funcionais dos eixos/segmentos tecnológicos - resultados dos fóruns;  
Programa Varejo;  
Monitoramento de egressos/empreendedores do Senac.

## ■ EDUCAÇÃO/CULTURA

---

### Órgão

**Ministério do Trabalho**

### Representação

**Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (FNAP)**

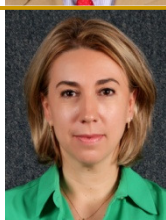
### Representantes

---



#### Titular

Roberto Nogueira Ferreira  
*Consultor da Presidência da CNC*



#### Suplente

Ana Paula Tomazzetti Urroz Maciel Pinheiro  
*Advogada*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Extraordinária realizada no dia 23 de maio de 2017**

A mesa de abertura foi composta por Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho; Leonardo Arantes, secretário de Políticas Públicas de Emprego; Higino Brito Vieira, diretor do Departamento de Políticas de Empregabilidade; André Leandro Magalhães, presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); e Any Postman, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O ministro Ronaldo Nogueira após assinar a Portaria nº 693, de 23 de maio de 2017, que regulamenta o Decreto nº 8.740/2016, afirmou que um dos compromissos do MTb é aprimorar a legislação vigente para alcançar um número cada vez maior de aprendizes.

Em seguida, o ministro fez o lançamento do aplicativo Sine Fácil, uma parceria do MTb com a Dataprev, que visa modernizar as relações de trabalho, tornando mais eficiente o acesso aos serviços prestados aos cidadãos.

O gerente da Dataprev apresentou o aplicativo Sine Fácil e suas funcionalidades. André Leandro Magalhães, presidente da Dataprev, ratificou a importância do aplicativo Sine Fácil (disponível para dispositivos Android e iOS), destacando que o projeto tem como objetivo facilitar a busca de emprego e benefícios sociais, incentivando a acessibilidade social.

Na sequência, Any Postman, representante da OIT, ressaltou que a aprendizagem de qualidade facilita a transição da escola para o mercado de trabalho, sendo essencial para o jovem conseguir um trabalho decente. Parabenizou o Brasil pelo trabalho desenvolvido em prol da aprendizagem. Salientou que a aprendizagem

aumenta a competitividade do setor privado, reduzindo, para os empregadores, o custo na procura por mão de obra. Finalizou informando que a aprendizagem é uma realidade em países como Alemanha, Suíça e Dinamarca e vem crescendo em países com a África do Sul.

O ministro Ronaldo Nogueira afirmou que o Brasil possui políticas públicas de qualidade em prol da aprendizagem. Destacou que o Brasil tem diversos *cases* de sucesso para apresentar ao mundo e que as boas práticas executadas em outros países devem ser apresentadas e compartilhadas com todos.

Michael Axmann, especialista sênior da OIT/Cinterfor, de Montevidéu, iniciou sua explanação sobre as experiências e tendências internacionais na aprendizagem profissional contando que foi aprendiz em um banco na Alemanha, e ressaltou a importância de se identificar setores com alto crescimento de emprego e de programas capazes de desenvolver habilidades que ajudem os jovens a se prepararem para os postos de trabalho.

Axmann apresentou os quatro pilares principais da aprendizagem de qualidade da OIT: diálogo, papéis e responsabilidades, financiamento e marco legal. “Países com visão para o diálogo social conseguem unir educação, habilidades e trabalho decente”, finalizou o especialista da OIT.

Gustavo Leal, diretor de Operações do Senai-DN, iniciou sua apresentação sobre as considerações acerca da reforma do ensino médio e seus impactos na aprendizagem profissional, apresentando indicadores que demonstram a baixa qualidade da educação no Brasil e que a educação profissional ainda é uma escolha de poucos. “Dos oito milhões de jovens que cursam o ensino médio, apenas 17% vão para o ensino superior, os outros 83% estão despreparados, porque o ensino médio não prepara o jovem para o mercado de trabalho”, ponderou Gustavo Leal. “A partir da aprovação da nova lei do ensino médio brasileiro, a base curricular comum será de 1.800 horas e haverá mais 1.200 horas que serão ofertadas aos alunos na forma de cinco itinerários: matemática, linguagem, ciências biológicas, humanas e formação profissional. Com isso, o aluno poderá após três mil horas, algo em torno de três anos, obter uma certificação de ensino médio e outra de curso técnico, gerando uma enorme vantagem, se comparado ao modelo atual, como, também, criando a necessidade de aumento na oferta de cursos profissionalizantes”, ressaltou Gustavo Leal.

Foram comentadas as principais razões dadas pelos empregadores da União Europeia para contratar aprendizes: ter funcionários qualificados; selecionar os melhores candidatos para os trabalhos futuros; e contribuir para a produtividade da empresa, recuperando, em parte, o custo da formação. A taxa de contratação do aprendiz ao término do curso é de 73% na Inglaterra, de 55% na Alemanha e de 10,3% no Brasil, conforme dados apresentados por Leal.

As propostas apresentadas pelo representante do Senai-DN para aprimorar a aprendizagem foram: fortalecer o caráter educacional da aprendizagem; aumentar a atratividade para os jovens; e aumentar o interesse das empresas pela aprendizagem. Dentre as propostas para aumentar o interesse das empresas pela aprendizagem encontra-se a de permitir que as cotas de aprendizagem e de



inclusão de pessoas com deficiência possam se equivaler no período do contrato de aprendizagem. “A aprendizagem é um programa educacional, e não assistencial”, concluiu Gustavo Leal.

Após uma breve explanação sobre a Portaria MTb nº 963/2017, esclarecendo que o documento elenca os setores econômicos que poderão requerer a assinatura do Termo de Compromisso, Higino Brito Vieira agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

## ■ INFRAESTRUTURA

---

### Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### Representação

Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC)

### Representantes

---



#### Titular

Evandro Américo Costa

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---



#### Suplente

João Batista Porto Coursino de Moura

*Diretor de Meio Ambiente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - Fecombustíveis*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 28 de junho de 2017

O presidente do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC), Ricardo Frago, abriu a reunião propondo a inversão de pauta do item 4 - "Apresentação sobre as políticas operacionais da Finep e sua contribuição à infraestrutura da qualidade", por solicitação do representante da Finep, em função de sua viagem pelo início da tarde. Os membros do CBAC aprovaram por unanimidade.

Murilo Azevedo Guimarães (Finep) informou que a definição da política operacional da Finep tem as seguintes diretrizes: a) grau de inovação da proposta e relevância da matéria para o Estado; b) articulação com outras iniciativas governamentais, especialmente a política industrial, a política social, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), o Brasil Sem Miséria, o Programa de Aceleração do Crescimento, a política de defesa e as atividades de inovação compreendidas nas políticas ministeriais; c) as externalidades socioeconômicas e ambientais associadas ao plano de inovação, bem como a promoção do desenvolvimento local, a nacionalização das cadeias de produção, a autonomia tecnológica, a internacionalização de empreendimentos brasileiros e demais objetivos estratégicos pertinentes.

Deverão, também, ser adotados na análise o acompanhamento e a avaliação de todas as linhas de ação e programas, os princípios do desenvolvimento sustentável, em suas três vertentes, a saber: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

Os principais desafios que a Finep se propõe a enfrentar por meio da promoção da inovação são: dotar a economia brasileira de capacidade de inovação para o

enfrentamento de desafios nacionais e globais; estimular a implantação de atividades contínuas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas empresas; apoiar a inserção de empresas inovadoras nos mercados nacional e global; elevar a competitividade das empresas e instituições brasileiras; reverter a vulnerabilidade externa das empresas e instituições nacionais nos segmentos intensivos em tecnologia; estimular a participação do capital privado em inovação; e apoiar inovações que promovam a sustentabilidade.

Na execução da política operacional serão considerados prioritários os setores econômicos e áreas do conhecimento constantes das políticas de Estado e iniciativas governamentais, como a ENCTI.

De acordo com o expositor a Finep priorizará as micro e pequenas empresas por meio de operações descentralizadas, bem como as tecnologias voltadas ao desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis.

Visando estimular e fortalecer o desenvolvimento econômico e tecnológico, a Finep dispõe das seguintes modalidades de apoio: financiamento reembolsável, financiamento não reembolsável a instituições científicas e tecnológicas, subvenção econômica e operações de investimento, que poderão ser combinadas em diferentes modalidades de apoio, oferecidas diretamente pela Finep ou de forma descentralizada, por meio de agentes financeiros ou parceiros estaduais.

Também foi informado que além dessas quatro linhas, a Finep dispõe de uma linha especial destinada a ações de interesse estratégico para o País, a inovação crítica. Esta linha se aplicará a propostas demandadas pelo governo que expressem a necessidade de desenvolvimento tecnológico para atendimento a prioridades nacionais de interesse estratégico. Nessa linha se enquadram planos estratégicos de inovações críticas. Inovações críticas são aquelas que visam atender às necessidades de autonomias tecnológicas, econômicas e sociais do País, têm longo prazo de maturação, demandam grande esforço de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas e mobilizam preferencialmente universidades e institutos de pesquisa.

As condições financeiras (taxa, participação da Finep, carência e prazo total) se encontram especificadas no site da Finep.

A Finep também oferece apoio financeiro para a realização de encontros, seminários e congressos de C,T&I e feiras tecnológicas, mas hoje o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é o responsável pela seleção, avaliação e contratação das operações.

Em seguida, o presidente do CBAC comentou sobre a inclusão de entidades representativas de importadores de caráter nacional, descrito no artigo 4º da Resolução nº 2, referente ao regimento interno do CBAC. Informou aos membros do CBAC que solicitou ao Conmetro a não aprovação da participação dos representantes de importadores no regimento interno do CBAC. O Conmetro ficou de analisar o pleito na próxima reunião.

O próximo item da pauta foi a apresentação sobre o Plano Quinquenal (PAQ). Gustavo Menezes, do Inmetro, informou que o plano possui 6 (seis) fases: Fase

1 - Pesquisa das agendas regulatórias junto a outros regulamentadores; Fase 2 - Compilação dos resultados e montagem do PAQ; Fase 3 - Apresentação para o CBAC; Fase 4 - Apresentação ao Conmetro; Fase 5 - Divulgação para a sociedade; e Fase 6 - Monitoramento junto aos regulamentadores e organismo de avaliação da conformidade.

Tão logo da publicação do PAQ, a Secretaria Executiva do CBAC consultará a Associação Brasileira de Organismo de Avaliação da Conformidade (Abrac), bem como as entidades representativas dos setores produtivos, quanto à capacidade dos Organismos da Avaliação da Conformidade (OAC) que fazem parte do Sistema Brasileiro da Avaliação da Conformidade (SBAC) atenderem aos temas estabelecidos no plano.

O plano vem sendo desenvolvido com base na participação de segmentos importante da sociedade, em particular dos agentes reguladores, dos setores produtivos, das entidades públicas e privadas de defesa do consumidor, além do meio acadêmico e das entidades que constituem a infraestrutura básica de avaliação da conformidade no País.

Em seguida, foram apresentadas as propostas do regimento interno do CBN; e o termo de referência e a proposta de desdobramento da Estratégia Brasileira de Normalização (EBN) aos membros do CBAC. As propostas serão encaminhadas posteriormente aos membros do CBAC e CBN.

A próxima reunião ficou agendada para o dia 20/09/2017, podendo sofrer alteração.

## ■ INFRAESTRUTURA

---

### Órgão

**Ministério do Trabalho**

### Representação

**Conselho Curador da Fundacentro**

### Representante

---



### Titular

Elvando Albuquerque Ramalho

*Diretor*

*Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião realizada no dia 27 de junho de 2017**

Feita a composição da mesa pelo secretário executivo do Conselho das Cidades, Ariel Pares, que compôs a mesa junto com Marco Aurélio Queiróz, secretário executivo do Ministério das Cidades em substituição ao ministro Bruno Araújo, e um representante de cada segmento, a reunião teve início.

Após a leitura dos itens de pauta e abertas as discussões ao plenário, foi proposta, votada e aprovada a transferência, para a próxima reunião do Conselho, da discussão sobre a composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Continuando as discussões e feita as alterações, a pauta foi aprovada.

Prosseguindo a reunião, os assuntos de maior destaque foram o decreto 9.076, de 07 de junho de 2017; a definição do mandato atual do Conselho; o calendário de reuniões do Conselho; a data de realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades; as etapas estaduais realizadas e a realizar; e a MP 759, que também teve sua discussão transferida para a próxima reunião do Conselho.

Outro ponto de importância da reunião foi a prestação de contas das ações do Ministério das Cidades referente ao último ano, apresentada pelo secretário executivo Marco Aurélio Queiroz. Na sua fala, destacou que reconhece a importância do Conselho, das discussões com os segmentos para o desenvolvimento das políticas públicas de desenvolvimento urbano e das contribuições oriundas do debate com os conselheiros. Ressaltou ainda que, dos mais de 5.500 (cinco mil e quinhentos) municípios, pouco mais de 1.300 (mil e trezentos) realizaram suas conferências, que foram cortados 45% do orçamento do Ministério, e que a emissão do decreto 9.076 foi para evitar improbidade administrativa, já que a data de realização da Conferência expirava em junho de 2017. Dando prosseguimento à reunião, o secretário Ariel Pares fez uma breve fala ressaltando a importância do Conselho e a importância da existência de respeito mútuo para continuar avançando no fortalecimento do Conselho e do Ministério das Cidades. Em seguida, abriu para discussão e encaminhamentos...

## DELIBERAÇÕES

Foram propostas, votadas e aprovadas em plenário duas resoluções normativas e uma resolução recomendada, que ainda deverão passar pelos trâmites legais antes de serem assinadas pelo ministro.

Principais pontos das resoluções aprovadas:

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº XX, DE 27 DE JUNHO DE 2017

Define novas datas para as etapas estadual e nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades - CNC e estende o mandato do atual Conselho Nacional das Cidades.

Transfere a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades - CNC para os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2017.

Para garantir o funcionamento do Conselho, a partir de julho, estende o mandato dos conselheiros da 5ª Gestão do Conselho das Cidades até a realização da conferência nacional.

Adia a finalização da etapa estadual da 6ª CNC para o dia 7 de novembro de 2017.

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº XI, DE 27 DE JUNHO DE 2017

Define novo calendário para as reuniões da 5ª Gestão do Conselho Nacional das Cidades.

O Conselho das Cidades se reunirá ordinariamente nos dias 24, 25 e 26 de julho; 20, 21 e 22 de setembro; e 22, 23 e 24 de novembro de 2017.

As reuniões do ConCidades serão precedidas pela reunião da coordenação executiva, conforme preconiza o regimento.

A próxima reunião discutirá: a 6ª CNC; a composição e a eleição dos membros do Conselho Gestor do FNHIS, atendendo ao disposto no § 3º do art. 10 da Lei 11.124/2005; e a Rreusão dos comitês técnicos.

E será garantida a participação dos conselheiros titulares e suplentes do Conselho das Cidades.

### RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº XX, DE 27 DE JUNHO DE 2017

Recomenda ao presidente da República a revogação do Decreto 9.076/2017.

Na parte da tarde, o secretário executivo Marco Aurélio deu prosseguimento à apresentação da prestação de contas do Ministério. Continuando, falou sobre o que foi feito no último ano em habitação, saneamento, infraestrutura e Denatran. Falou dos desafios do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV); R\$ 80 bilhões foram investidos e todas as faturas atrasadas foram pagas; do processo de recuperação do MCMV, com metas de mais de 600 mil unidades habitacionais nas faixas 1, 1.5, 2 e 3; das novas regras para empresas e municípios; e ainda falou dos desafios da regularização fundiária, disse ter mais de 100 milhões de imóveis irregulares no Brasil.

## MEIO AMBIENTE

---

### Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

### Representação Efetiva

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

### Representantes

---



Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues  
*2º Diretor Tesoureiro da CNC*

(Compareceu)

---



Paulo César Nauiack  
*Vice- Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná*

(Compareceu)

---



### Suplente

Cristiane de Souza Soares

*Assessora*

*Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 21 de junho de 2017

A mesa de abertura foi presidida por Raimundo Deusdará Filho, diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que justificou a ausência do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho; e informou sobre o andamento dos trabalhos do ministério e de suas entidades vinculadas, cujo foco está no combate ao desmatamento, o fomento ao desenvolvimento sustentável e a uma economia verde, que alia a melhoria das condições de vida da população à proteção de recursos naturais através da geração de emprego.

Também relatou que os órgãos de fiscalização estão sendo fortalecidos, unidades de conservação têm sido criadas e ampliadas, o turismo nos parques nacionais está sendo qualificado, temos também licenciado florestas para o manejo sustentável de madeira, estimulando atividades extrativistas, incentivando as fontes limpas e renováveis de energia, buscando aprimorar o licenciamento ambiental de forma favorável, tanto para o setor produtivo quanto para o meio ambiente. Com relação ao Cadastro Ambiental Rural, espera-se que, na fase dos programas de regularização ambiental, ocorra a recuperação de áreas legalmente protegidas, áreas de preservação permanente e reserva legal nos imóveis rurais do País. Da mesma forma que se acredita que o programa Plantadores de Rios, desenvolvido pela equipe do SFB em parceria com a Universidade Federal de Lavras (Ufla), permita proteger e recuperar nascentes e áreas de preservação

permanente dos cursos d'água, contribuindo no combatendo à crise hídrica. Essas ações integram-se aos compromissos internacionais do Brasil, com especial destaque para o Acordo de Paris sobre mudança de clima e a Convenção sobre diversidade biológica.

A secretaria executiva do Conama apresentou os resultados parciais do grupo assessor ao plenário que tem foco na revisão das resoluções do Conama à luz da legislação ambiental vigente. Foram realizadas quatro reuniões, e, para essa primeira entrega, foram selecionadas as resoluções que tiveram manifestações unânimes do grupo assessor para que sejam indicadas à revogação, e são as seguintes: 05/1985, 14/1986, 11/1990, 284/2001, 310/2009 e 406/2009. As indicadas para que sejam mantidas sem necessitar de adequação são: 12/1994, 273/2000, 279/2001, 306/2002 e 350/2004. As indicadas para a readequação parcial são: 04/1995, 302/2002, 335/2003, 377/2006 e 406/2009.

Na sequência da pauta, seriam apreciadas: a proposta de resolução que define critérios para produção de composto de resíduos sólidos orgânicos, que teve pedido de vistas realizado pelo Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Ministério Público Federal (MPF), Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (Apromac), MMA, Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e a proposta de resolução que dispõe sobre o uso de queima controlada em incidentes de poluição por óleo no mar, que teve pedido de vista impetrado pelo Proam, MPF, Apromac, MMA, CNI, Mapa, Ministério das Minas e Energia (MME) e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).

Por fim, foi apresentado, pela diretora de Ambiente Urbano do MMA, Zilda Veloso, o relatório sobre as atividades instituídas pela Resolução 362/2005, que trata da coleta do óleo lubrificante usado e seu posterior encaminhamento para atividade de recuperação e reciclagem.

O fabricante e o importador do óleo lubrificante deverão coletar ou garantir a coleta e dar destinação ao óleo lubrificante usado. E o art. 33 da Lei 12.305 trouxe a cadeia de óleo lubrificante como uma das cadeias obrigatórias sujeitas à logística reversa, com a responsabilidade pelo ciclo de vida do produto e logística reversa.

Assim como o acordo setorial sobre embalagens usadas de óleo lubrificante, existe a sinalização de importadores e fabricantes em apresentar uma proposta de acordo setorial para óleos lubrificantes. Isso traria no futuro algumas alterações à resolução atualmente em vigor. A resolução estabelece metas de recolhimento, que são depois regulamentadas por meio de uma Instrução Normativa Conjunta, entre o MMA e MME.

O Brasil, apesar da crise econômica, ainda é um dos maiores mercados de lubrificantes, e, por conseguinte, é um dos maiores geradores de óleo lubrificante usado. A reciclagem já tem uma tecnologia apropriada no Brasil, que é a tecnologia do rerrefino. O País tem 89 produtores e 210 importadores de óleo lubrificante, 15 rerrefinadores e 22 coletores de óleo lubrificante usado ou contaminado. Em 2016, foram recolhidos, conforme dados checados



conjuntamente nos bancos de dados do Ibama e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), 413.667.412 litros de óleo lubrificante.

Foi informado que o percentual mínimo de coleta em relação ao comercializado foi superado em todas as regiões do Brasil. A região Norte tinha meta de 32% e foram recolhidos 32,54%. Na região Nordeste, a meta era de 33%, foram recolhidos 33,91%. Na região Centro-Oeste, a meta era de 36%, e foram recolhidos 37,72%. Na região Sudeste, tinha-se 42% de meta, que foi batida em 43,97% de recolhimento. E, por fim, na região Sul, cuja meta era recolher 38% de óleo lubrificante, atingiu-se 39,03%.

Vale o registro que, apesar dos avanços, ainda são persistentes as dificuldades para a coleta e o reprocessamento do óleo usado e contaminado nas regiões Norte e Nordeste, e Centro-Oeste.

No encerramento, foi destacado que a ANP colocou um sistema, obrigatório a partir de 2016, em que todos os produtos regulados e os agentes que comercializam esses produtos, incluindo comerciantes, rerrefinadores e coletores, precisam declarar seus volumes movimentados no chamado Sistema de Informações de Movimentação de Produtos.

Encerrada a plenária.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação

Conselho Curador da Fundacentro

### Representante

---



#### Titular

José Carlos Canesin

*Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 29 de junho de 2017

#### Expediente:

Paulo Arsego, presidente da Fundacentro, solicitou a aprovação da ata da 75ª Reunião do Conselho Curador, realizada em 24 de abril de 2017. José Carlos Canesin, representante da CNC, levantou ressalvas à aprovação: não ficou claro se a Fundacentro possui, em Belo Horizonte, dois andares de um edifício ou um prédio de dois andares; a dúvida foi esclarecida por Leonice da Paz, assim como outros pequenos acertos solicitados pelos conselheiros.

#### **A pauta teve como objetivo avaliar o destino das propriedades da Fundacentro:**

1. Imóvel de propriedade da Fundacentro em Belo Horizonte (MG): não tiveram sucesso as tratativas para transferência de posse do 23º e 24º andares do edifício Clemente Faria, em Belo Horizonte, para o Instituto Nacional da propriedade Intelectual (Inpi); tal assunto, submetido aos conselheiros, convergiu para a decisão de colocar os imóveis à disposição da União, decisão aceita por todos, ponderando-se o tempo que os imóveis estão desocupados e o custo elevado que acarretam.
2. Gráfica da Fundacentro: estabelecida no bairro do Jabaquara (SP), tornou-se problemática sua operação, motivada pelos seguintes fatores:
  - a) custo elevado;
  - b) atividade não permitida pela Lei do Zoneamento;
  - c) estado do maquinário;
  - d) não obteve licença de funcionamento por parte dos órgãos municipais;
  - e) imóvel em condições precárias; e
  - f) falta de pessoal e de recursos técnicos para operá-la.

Foi decidida a formação de uma comissão de servidores para prospectar um caminho a seguir, mesmo que se conclua que a melhor opção seja a terceirização. Os conselheiros debateram esse assunto por longo tempo, buscando informações sobre o real estado do maquinário, se há possibilidade de ser produtivo após

investimento em manutenção e adequações, ou trocá-lo por maquinário moderno. Questões foram levantadas, tais como: Quem mais solicita a gráfica? Para que tipo de trabalho? Qual a demanda geral? Quanto de produção a gráfica suporta em relação à demanda?

Paulo Arsego coloca a questão da seguinte maneira: O que é mais importante, pensar na gráfica ou pensar no material a ser fornecido ao trabalhador, venha de onde vier? Por que não uma “gráfica digital”? Por que as centrais sindicais, que utilizam tanto material fornecido pela gráfica, não fazem um consórcio e doam uma gráfica moderna para a Fundacentro?

O conselheiro Marcus Superbus, secretário executivo do Ministério do Trabalho (MTb), solicita um levantamento que permita avaliar o consumo das centrais sindicais em relação à gráfica. Dada a amplitude da questão, o assunto foi encerrado com uma solicitação do tipo de demanda e a magnitude do prejuízo da gráfica.

Assuntos diversos:

1. Carex: trata-se de um projeto internacional para diagnosticar câncer nos trabalhadores, relacionado à ocupação laboral. Houve um encontro internacional no Chile, no qual a Fundacentro se fez representada pelo presidente Paulo Arsego, sendo relatadas experiências internacionais sobre o assunto. O objetivo é estabelecer uma política de prevenção em exposições que podem causar câncer.

2. Sobrecarga térmica: a Fundacentro promoveu uma oficina, nos dias 20 e 21 de junho de 2017, sobre os riscos do trabalhador quando exposto ao calor e radiações térmicas.

3. Segurança química: a Fundacentro promoverá um encontro, em outubro de 2017, para discutir convenções internacionais, nanotecnologia e traçar um panorama sobre o “*state of the art*” no campo da segurança química.

4. Concurso: foi protocolada no MT a solicitação para um concurso objetivando a contratação de 235 funcionários somente para reposição de vagas deixadas pelos que se aposentaram ou mudaram de emprego, e mais 10 pesquisadores. A falta de funcionários é um problema crucial para a Fundacentro, sendo proposto que seja elaborada uma carta-padrão a ser encaminhada a todas as entidades conhecidas pelos conselheiros, para posteriormente convergirem no MTb, com o propósito de sensibilização para a necessidade de concurso.

Agenda:

Próxima reunião prevista para 24 de agosto de 2017.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

### Representação

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

### Representantes

---



#### Titular

Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto  
*Chefe de Assessoria junto ao Poder Executivo da CNC*

(Compareceu)

---



#### Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira  
*Advogado da Divisão Sindical da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 20 de junho de 2017

A V Reunião do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) de 2017 foi presidida por Hugo Medeiros Gallo da Silva, presidente do CNIg, que, na oportunidade, cumprimentou Paulo Sérgio de Almeida, ex-presidente do CNIg, pelo seu retorno ao Conselho, dessa vez como representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

Logo após a abertura, Hugo Medeiros Gallo da Silva aprovou a ata da III Reunião Ordinária do CNIg de 2017 e a agenda provisória, dando início ao relato do Grupo de Trabalho (GT):

"Relato do Grupo de Trabalho que trata da regulamentação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017".

O GT cuja representante da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é Marjolaine do Canto tem como objetivo regulamentar as brechas da Lei nº 13.443/2017, que "Institui a Lei de Migração".

O presidente do CNIg, Hugo Medeiros Gallo da Silva, comentou que um dos pontos relevantes do GT está no art. 13, que trata como visto de visita e assistência técnica para estrangeiros no Brasil.

O entendimento do Ministério do Trabalho (MTb) é que o visto de assistência técnica deve ser um visto de trabalho, e a única objeção que há nesse visto de trabalho é que a bancada patronal entende que deve ser um visto célere e passado somente pelo consulado do país do solicitante do visto.

Comunicou também o presidente que há um movimento nas câmaras de comércio internacionais para debater a regulamentação da lei. Nesse tópico, a bancada patronal está se movimentando no sentido de sediar tal debate.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), que também está trabalhando, separadamente, na regulamentação da lei supracitada, está no aguardo da publicação da portaria que constitui o GT.

No entendimento do MJ é necessário preservar as competências e disciplinar a residência, o visto humanitário, e a extradição, entende também que a tendência é que o CNIg continue com as atribuições de trabalho e citou como exemplo a Resolução Normativa (RN) nº 72/2006, que "Disciplina a chamada de profissionais estrangeiros para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira", de onde se conclui que o MJ quer administrar as questões de ordens humanitárias e de extradição.

Na oportunidade, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) concordou e manifestou seu entendimento no sentido de que a preservação do CNIg está salvaguardado nas questões normativas de trabalho.

Após os relatos, passou-se para os Assuntos Gerais:

Presente à reunião, a Polícia Federal (PF) informou que, até a presente data, o número de venezuelanos que pediram refúgio está em 4.500 (quatro mil e quinhentos) solicitantes.

Em seguida, foi dada a palavra para a superintendente regional da PF de Roraima, Rosilene Gleice Duarte Santiago, que na sua intervenção relatou que Roraima sempre foi um polo de pedidos de refúgio, manifestamente mais para cubanos, ou seja, eles já tinham a experiência de lidar com o instituto do refúgio, porém, agora, com o advento da imigração venezuelana, o número cresceu enormemente, e até o momento foram registrados três mil pedidos de refúgio e pouco mais de cem pedidos de residência temporária.

Relatou também que a imigração venezuelana que permanece em Roraima é a parcela mais carente; aqueles com uma melhor condição, seja financeira ou intelectual, acabam saindo para outros estados.

Destacou que o apoio da sociedade civil tem sido muito relevante e que esse apoio resultou na criação do Centro de Referência para o Imigrante, localizado na Universidade de Roraima, cujo objetivo é ajudar com as mais diversas informações os refugiados venezuelanos que vivem no Brasil, parceria importante nesse diálogo com a sociedade civil foi o Acnur, que tem sido um elemento de interlocução importantíssimo no estado.

Ainda em Assuntos Gerais, o presidente do CNIg discorreu sobre a RN nº 127/2017, que "Altera dispositivos das Resoluções Normativas nº 62, de 8 de dezembro de 2004, e nº 118, de 21 de outubro de 2015", e algumas dificuldades que os investidores têm de entendimento sobre o que vem a ser "Investimento Estrangeiro", porque:

Entende o investidor que há outros tipos de investimentos estrangeiros além do valor exigido pela RN nº 127/2017. Por exemplo: A vinda de um equipamento estrangeiro também pode ser considerado um investimento estrangeiro?

O presidente do CNIg esteve reunido com o Banco Central do Brasil para tratar dessa dúvida que tem sido colocada por alguns investidores estrangeiros, sobre o valor mínimo de investimento de seiscientos mil reais, que resultou no esclarecimento de que hoje o conceito de investimento estrangeiro na visão do Banco Central é muito mais extenso, e, para a RN estar em consonância com o entendimento do Banco Central, o presidente do CNIg solicitou ao conselho que aprovasse a Ordem de Serviço Ministério do Trabalho /GM/CGIg nº 02/2017 para aplicar na análise das solicitações.

“Ordem de Serviço Ministério do Trabalho/GM/CGIg nº 02/2017

Dispõe sobre outras formas de investimento estrangeiro aceitas para concessão de autorização de trabalho com base nas Resoluções Normativas nº 62/2004 e nº 118/2015 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg.

O COORDENADOR GERAL DE IMIGRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando as formas de investimento estrangeiro constantes nas Leis nº 4.131/62 e nº 11.371/2006.

Considerando que as Resoluções Normativas nº 62/2004 e nº 118/2015 do CNIg dispõem sobre o pedido de autorização de trabalho com base no investimento estrangeiro, estabelecendo como uma das condições a apresentação do documento intitulado ‘contrato de câmbio’.

Considerando a previsão de formas de investimento estrangeiro estabelecidas nas Leis nº 4.131/62 e nº 11.371/2006 que não geram contrato de câmbio emitido pelo Banco receptor do investimento;

Considerando que a Lei nº 6.404/1976 estabelece a forma de comprovação das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício social;

RESOLVE:

1. Na análise do pedido de autorização de trabalho com base nas Resoluções Normativas nº 62/2004 e nº 118/2015 do CNIg e alterações posteriores, quando não for gerado contrato de câmbio e o investimento estrangeiro estiver de acordo com as diretrizes definidas nas Leis nº 4.131/62 e nº 11.371/2006 e com a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, poderá a parte interessada substituir o ‘contrato de câmbio’ emitido pelo Banco receptor do investimento pelas demonstrações financeiras do exercício social, conforme prevê a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais regulamentações emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2. Além das demonstrações financeiras, a empresa receptora deverá comprovar o investimento estrangeiro por meio da Tela Quadro Societário Atual do sistema do Banco Central, conforme disposto no inciso IV do artigo 20 da Resolução Normativa nº 127 de 28/03/2017 do CNIg.

3. Publique-se no Boletim Administrativo e na página eletrônica deste Ministério.
4. Dê-se ciência às chefias e demais servidores desta Coordenação-Geral.

Brasília, DF em 23 de Junho de 2017.  
HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA  
Coordenador-Geral de Imigração”

Processos a serem relatados:

Foi deferido e aprovado pelo CNIg o processo de nº 46094.000118.2017-93, a cargo da conselheira representante da CNC.

## ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

### Representação

Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos

### Representantes

---



#### Titular

Rubens Torres Medrano

*Vice - Presidente da Fecomércio - SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior*

**(Compareceu)**

---



#### Representante

Marianne Lorena Hanson

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião realizada no período de 19 a 23 de junho de 2017

Dia 20/06 - Terça-Feira

A Reunião preliminar dos componentes foi conduzida por Jose Serrador Neto, diretor da Embraer nos Estados Unidos, e Antonio Josino Meirelles, *executive director* do BIC.

Foi feita uma apresentação dos investimentos das empresas brasileiras nos Estados Unidos. Depois acabou anunciando-se o investimento da Braskem de US\$ 650 milhões e a aquisição por parte da WEG de uma empresa americana de equipamentos elétricos.

Elogiou-se o trabalho desenvolvido pelo embaixador Sergio Amaral junto ao congresso americano na defesa dos interesses brasileiros.

O governo americano negocia os termos do acordo do Nafta, o que poderá representar para o Brasil uma oportunidade de incremento de negócios com os Estados Unidos.

O governo americano priorizará os acordos bilaterais em detrimento dos acordos multilaterais.

Possibilidades de um acordo comercial Estados Unidos-Mercosul.

**King and Spalding**, empresa americana de assessoria, que realizou uma análise do governo Trump.

Após seis meses de mandato, o governo ainda está formando o seu *staff*, apesar da grande incerteza em relação com o Congresso (democratas). Outro ponto levantado foi a investigação por parte do Congresso/Judiciário americano.



Trata-se de um governo pragmático e estratégico nas suas ações, como no caso Taiwan-China e depois se aliou à China para neutralizar a Coreia do Norte.

*Em relação as Board taxes trata-se de um sistema difícil de ser implementado especialmente por conta Tangible personal property (TPP).*

Quanto ao Nafta buscar-se-á construir novas cláusulas para eliminar o déficit comercial dos Estados Unidos com Canadá e México.

United States Trade Representative (USTR) é um modelo baseado em escritório de representação muito respeitado dentro do mundo corporativo.

Os acordos bilaterais serão a política adotada para acordos com o Reino Unido–Estados Unidos e Japão–Estados Unidos.

O governo Trump irá procurar implementar as promessas de campanha: criação de empregos, retorno de indústrias para produzirem nos Estados Unidos - *America great again.*

### **U.S. Chamber of Commerce**

A U.S. Chamber of Commerce (Câmara de Comércio Americana) e a CNI mantêm, através da U.S. Business Council, um relacionamento de longo prazo, discutindo assuntos de relevância entre as empresas dos dois países.

Na nossa visita, foi feita uma explanação por Caroline Harris, VP de *Tax Policy*, sobre o projeto de reforma tributária e fiscal do governo Trump e seus prováveis impactos nas empresas brasileiras com investimentos nos Estados Unidos.

### **Reunião na Casa Branca**

Landon Loomis, assessor especial do gabinete do vice-presidente para Western Hemisphere & Global Economics.

Serrano, diretor da Embraer nos Estados Unidos, fez uma explanação dos investimentos de empresas brasileiras nos Estados Unidos, e manifestou o desejo dos empresários brasileiros de se posicionarem dentro da nova política do presidente Trump de gerar empregos nos Estados Unidos. Mencionou que o Brasil tem bom prestígio dentro dos escalões do governo americano e que havia interesse em aumentar o relacionamento comercial entre Brasil–Estados Unidos.

Dia 21/06 - Quarta-Feira

### **Departamento de Comércio dos Estados Unidos**

Reunião bastante produtiva e focada em temas que estão sendo discutidos entre DOE/MDIC, no sentido de facilitação de comércio. O Cebeu tem promovido reuniões para acompanhamento e atualizações dessas negociações.

Ken Hyatt, que vem liderando as negociações entre Estados Unidos–Brasil, é bastante pragmático e coloca foco nas discussões. Expressou o desejo de concluir as negociações de uma forma efetiva e que produza resultados.

Ações em andamento:

Facilitação do comércio - implementação do *single window* por parte do Brasil - contatos com a Anvisa no sentido de acelerar as aprovações de produtos pelo Inmetro - criar métodos comuns – eliminação de barreiras não tarifárias - INPI – maior agilidade na aprovação de patentes - proteção ao direito intelectual - *e-commerce* - economia digital - meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Nessa reunião, questionado sobre a possibilidade dos Estados Unidos aceitarem a China como economia de mercado, para questões de aplicação de medidas de *anti-dumping*, houve uma negativa incisiva que isso possa acontecer.

Na questão do Operador Econômico Autorizado (OEA), estão em contato com a Receita Federal/Coana, no sentido de credenciamento dos exportadores brasileiros quando das exportações para os Estados Unidos.

Depois do atentado terrorista de 11 de Setembro (*World Trade Center*), o governo americano criou o *Customs-Trade Partnership Against Terrorism* (C-TPAT) e está pressionando os países com os quais os Estados Unidos são importadores para a implantação das medidas preconizadas no programa.

Isso facilita aos exportadores a entrada de seus produtos pelos portos/aeroportos americanos.

Estão desenvolvendo os mesmos objetivos com a Argentina - mencionou-se que a Argentina já conseguiu o *status* de *Global Entry* na questão de vistos e assuntos de imigração entre os dois países. Isso vem facilitar a corrente de turismo entre os Estados Unidos e a Argentina.

Participou da reunião Rick Ortiz, ministro conselheiro para assuntos comerciais e que trabalha na embaixada americana em Brasília.

Pontuamos dois assuntos que foram citados na reunião e que são de interesse da CNC:

*Global Entry* - o governo brasileiro está moroso e retardando essas negociações. Mencionamos que a CNC tem sob a sua responsabilidade os setores de Turismo e Hospitalidade, e para cuidar desses assuntos tem o Conselho de Turismo e Hospitalidade. Sendo que a condição de credenciado ao *Global Entry* facilita o fluxo de turistas entre os dois países, aventamos a possibilidade de uma reunião em Brasília com o Conselho de Turismo e Hospitalidade para ver de que maneira poderia exercer um trabalho junto ao governo brasileiro no sentido de agilizar as negociações nesse sentido.

Dados Estatísticos - possuem um entendimento com a CNI para obtenção e troca de dados estatísticos sobre atividades dos setores industriais. Mencionamos também a possibilidade de cooperação entre a Divisão Econômica da CNC e a embaixada americana para discutir a possibilidade de um relacionamento nos mesmos moldes que possuem com a CNI.

Nesses dois assuntos, gostaria de orientação de como poderíamos explorar essas possibilidades, caso seja de interesse das respectivas divisões, e uma eventual reunião com Ortiz na embaixada americana em Brasília.

### **Congresso dos Estados Unidos e Angela Ellard - *Chief Trade Council***

Estarão acompanhando as negociações do NAFTA cujo acordo foi considerado um sucesso, mas tem de ser melhorado. Pretendem analisar melhor as cadeias globais de produção para evitar que países do terceiro mundo tenham acesso através desse acordo ao mercado americano com tarifas preferenciais.

Investimentos nos Estados Unidos e a criação de empregos são os objetivos a serem perseguidos.

*Tax reformer* - procura tornar os investimentos nos Estados Unidos mais competitivos - a questão das empresas americanas manterem seus lucros no exterior também será outro tema a ser revisto nessa reforma.

Deputado republicano, Patrick Meehan, mencionou a política de investimentos nos Estados Unidos/Criação de empregos, e elogiou a Braskem, que tem escritórios na Pensilvânia, que acabava de anunciar um investimento de US\$ 630 milhões no Texas.

A reunião com o embaixador Sergio Amaral pontuou que o Brasil não é alvo da política Trump, no tocante aos acordos internacionais, pois, há 10 anos, a Balança Comercial Brasil-Estados Unidos tem sido superavitária para os americanos.

O governo Trump vai tentar recuperar o prestígio dos Estados Unidos no cenário mundial, por essa razão o seu gabinete é formado por empresários e generais linhas-duras, os quais procurariam demonstrar através da força o prestígio americano.

Mencionou o acordo que está sendo discutido para a utilização pelos americanos da base de Alcântara/MA, para futuros lançamentos de foguetes espaciais. Se concretizado, traria novos investimentos e progresso para aquela área.

Apresentou uma planilha do diálogo econômico e político Brasil-Estados Unidos com 10 tópicos.

Dia 22/06 - Quinta-Feira

### ***Washington International Trade Association (Wita)***

Fernando Pimentel, embaixada brasileira, destacou a mudança na política brasileira com maior abertura a partir dos acordos comerciais Mercosul-Aliança do Pacífico.

Monica de Bolle, Peterson Institute, expressou preocupação com as incertezas políticas até outubro de 2018: eleições; questões das reformas; exportações de serviços; simplificação do comércio exterior.

Constanza Negri, CNI, falou sobre a abertura das negociações em relação aos acordos internacionais: Mercosul; Estados Unidos; México; Peru; Chile e GSP. Importantes para as exportações brasileiras.

Ailtom Nascimento, Stefanini, informou que existem cerca de três mil empregados operando nas suas instalações nos Estados Unidos, com foco em serviços, *software* e acordos com a MTI/Virginia University.

Gina Vetere, Covington & Burling LLP - *free trade agrément*, destacou as oportunidades de renegociação do Nafta e oportunidades para o Brasil em TPP. Os Estados Unidos devem negociar individualmente com os signatários do acordo.

## USTR

John Melle informou a necessidade de harmonizar os procedimentos bilaterais, reforçar a proteção das propriedades intelectuais, a eliminação das barreiras não tarifárias - *single window*. Ressaltando as preocupações da Organização dos Estados Americanos (OEA) com os acordos multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dia 23/06 - Sexta-Feira

### **Departamento de Trabalho dos Estados Unidos**

O Departamento demonstra grande preocupação com o combate ao trabalho infantil e escravo no Brasil, e propôs assinatura de acordo com os estados do Maranhão e Mato Grosso do Sul para combater o trabalho infantil e escravo nesses estados. Também existe um acordo com o Senai para formação da mão de obra no setor têxtil. Nos países onde for constatado o trabalho escravo e infantil será perdido o benefício da exportação sob a condição de GSP para os Estados Unidos.

Outra preocupação é a proteção ao imigrante proporcionando amparo legal visando combater a imigração ilegal.

A participação da CNC foi muito positiva.

## ■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

---

### **Órgão**

**Mercado Comum do Sul (Mercosul)**

### **Representação**

**Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul**

### **Representantes**

---



#### **Titular**

**Darci Piana**

*Vice - Presidente, Administrativo da CNC*

**(Compareceu)**

---



#### **Suplente**

**Izis Janote Ferreira**

*Economista - Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### **Ações**

#### **Reunião Ordinária realizada nos dias 22 e 23 de junho de 2017**

Realizou-se, em Buenos Aires, Argentina, a LXIII Reunião Plenária do Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) do Mercosul, com a participação das delegações de Argentina, Brasil e Uruguai.

Após os cumprimentos de boas-vindas das seções nacionais e da coordenação argentina, exercendo a Presidência *Pro Tempore* (PPT) do Mercosul, os participantes demonstraram satisfação com o formato reestabelecido para a reunião, com a primeira parte do primeiro dia dedicada às reuniões setoriais.

Em seguida, passou-se à aprovação da agenda e aos comunicados da coordenação *pro tempore*.

A seção paraguaia enviou uma comunicação informando que não participaria do encontro, com uma justificativa (denúncia do país na Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre condições de trabalho, trabalho escravo) que o FCES analisou e considerou inadequada para o meio de participação da sociedade civil no Mercosul. Em resposta ao Paraguai, o FCES expediu uma carta solicitando maiores esclarecimentos sobre a não presença.

Com três seções nacionais, o FCES obteve quórum necessário para aprovação dos temas.

A ata da plenária anterior (LXII), ocorrida em junho de 2016, no Uruguai, foi analisada e firmada pelos coordenadores nacionais.

As seções nacionais fizeram seus informes de atividades dos últimos dois semestres. A seção brasileira ponderou que, em razão de ter havido apenas um

encontro nacional, foram inseridas informações das atividades dos segmentos patronais e sindicais, em separado. No caso do segmento empresarial, comentou-se sobre os encontros da Coalizão Empresarial Brasileira, as reuniões do Comitê Birregional de Negociações do Acordo Mercosul-União Europeia (UE), bem como sobre a conformação do Conselho Empresarial Brasil–Argentina.

Com o objetivo de ampliar/otimizar o relacionamento com o governo uruguaio, foi conformada no País uma Confederação de Câmaras Empresariais do Uruguai, formada pelas associações empresariais, dentre elas, a Câmara Nacional de Comércio e Serviços (membro do FCES) e a Câmara Mercantil de Produtos do Uruguai.

A Presidência *Pro Tempore* Argentina (PPTA) informou que enviou ao diretor do Instituto Social do Mercosul, Gabriel Toseli, o projeto de recomendação do FCES sobre a participação do foro no instituto, que está prevista no regimento interno do FCES. O diretor comprometeu-se a enviar convite ao FCES, na qualidade de observador, para as próximas reuniões.

O projeto de recomendação sobre a participação do FCES no instituto foi analisada pelas seções, e após algumas modificações foi aprovada a Recomendação 01/2017.

Aprovou-se também o tema da relação do FCES com a Unidade de Participação Social do Mercosul: o órgão, que possui orçamento e deverá ter uma destinação, era diretamente ligado ao alto representante do Mercosul, cargo que foi recentemente extinto. O FCES voltará a conversar sobre o tema na próxima plenária, prevista para o fim de outubro, no Rio de Janeiro, por ocasião da Presidência *Pro Tempore* Brasileira (PPTB).

O plenário debateu ainda o projeto de recomendação sobre trabalho infantil, proposto pela seção argentina, em virtude da VI Conferência Mundial sobre o Trabalho Infantil, que ocorrerá em setembro, em Buenos Aires. O documento foi aprovado e será enviado ao Grupo Mercado Comum (GMC) como a Recomendação FCES 02/2017.

Sobre os temas do Mercosul Econômico, o FCES teve um encontro com o embaixador Roberto Salafia, diretor nacional de Assuntos Econômicos do Mercosul, do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Em sua apresentação, falou sobre o estado atual do Mercosul e o consenso dos Estados Partes na segmentação e priorização dos temas nesse período da PPTA. Explicou que a Argentina trabalhou no fortalecimento econômico e comercial do Mercosul para eliminar progressivamente as barreiras comerciais, mais de 80 tipos foram revisados e extintos, além de outras questões intra-Mercosul estarem em processo de análise. A segunda questão explicada foi a respeito dos padrões técnicos (SPS) que impedem o comércio. Na dinâmica de convergência comercial, a atualização de normas técnicas é muito mais rápida do que questões do acordo quadripartite. Sobre as perfurações à Tarifa Externa Comum, elas representam aproximadamente 20% do volume de comércio, estão sendo revisadas, bem como regimes especiais de importação e a lista de isenções, as zonas francas e as áreas aduaneiras especiais. Há decisões do GMC e do Conselho

do Mercado Comum (CMC) sendo recuperadas para a integração produtiva com desenvolvimento de cadeias de valor industrial, uma vez que, exceto para o setor automotivo, não foi alcançada a densidade esperada do tecido produtivo da região.

Outro setor analisado foi o de serviços, onde acordos alcançados até agora estão no mesmo nível dos acordos do Acordo Geral de Tarifas e Comércio/Organização Mundial do Comércio (GATT/OMC). As negociações envolvendo serviços com a Argentina estão ligadas à dupla tributação, e a remoção potencializará o comércio entre os países. Pediu o apoio do setor privado na identificação dos segmentos potenciais, como também para processamento das políticas que representam obstáculos ao comércio. Os governos precisam identificar esses obstáculos específicos.

Sobre o acordo Mercosul-UE, as perspectivas para o próximo Comitê Birregional de Negociações, entre 4 e 7 de julho, em Bruxelas, são positivas: a orientação política é de que sejam concluídas as negociações até dezembro de 2017, durante a XI Reunião Ministerial da OMC. Os países foram alertados de que esse anúncio deverá ser feito na reunião do comitê.

A complexidade das negociações e as particularidades dos países, especialmente do Mercosul, mostra-se nos resultados esperados, que são menos ambiciosos e extensos. É provável que alguns setores em ambos os blocos terminem parcialmente insatisfeitos, segundo o embaixador. Não será um acordo de livre-comércio, porque haverá condicionalidades, a oferta do Mercosul está perto de redução tarifária de 87%, mas a última lista de ofertas foi trocada em maio de 2016. O Mercosul continua solicitando tratamento especial e diferenciado para adequação das economias dos países-membros. Caso a proposta seja aceita, o processo de integração em pleno vigor das cláusulas deverá estender-se por um período longo após a ratificação. As negociações também estão sendo desenvolvidas em matéria de defesa comercial, regras de origem, compras governamentais, propriedade intelectual e facilitação do comércio (ao abrigo do Acordo de Bali). O FCES aprovou a Recomendação 03/2017, que faz referência à participação do Comitê de Segmento Misto (FCES e Comitê Econômico e Social Europeu - Cese) no desenrolar da associação entre os blocos.

O acordo de compras governamentais intra-Mercosul está sendo reavaliado para ratificação e para que o assunto possa seguir no âmbito das negociações Mercosul-UE.

As negociações com a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA) (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) começaram em junho e envolvem a mesma temática do acordo com a UE.

Com a Aliança do Pacífico será realizada nova rodada nos próximos meses, com interesse de Austrália e Nova Zelândia, e a expectativa é de avanço.

A CNI apresentou brevemente o estudo de potencialidades ao Brasil de um acordo com a EFTA.

Um representante da seção argentina apresentou outro estudo sobre o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul. Considerado bastante abrangente e liberal, especialmente na legislação adotada pelo Brasil, o FCES considerou solicitar ao Conselho de Ministros do Mercosul integrar a Comissão de Seguimento desse protocolo. O tema será estudado pelas seções nacionais e retomado na próxima plenária.

O plenário aprovou ainda a revisão do Memorando de Entendimento FCES x Cese, além de ter se comprometido a analisar o trabalho de dois outros foros: Foro Político para o Desenvolvimento da UE e o Conselho Econômico Social das Nações Unidas.

Por fim, os representantes discutiram sobre a consulta do Cese sobre a realização da Cumbre da Sociedade Civil América Latina, Caribe e Europa.

Após alguns esclarecimentos sobre as expectativas de trabalho da PPTB, no próximo semestre, firmou-se a ata da LXIII Plenária.



---

**Órgão**

**Ministério do Trabalho**

**Representação**

**Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)**

**Representantes**

---



**Titular**

José Almeida de Queiroz

*Consultor da Presidência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco*

**(Compareceu)**

---



**Suplente**

Luis Sérgio Soares Mamari

*Assessor  
Divisão de Saúde da CNC*

**(Compareceu)**

---

**Ações**

**Reunião realizada nos dias 20 e 21 de junho de 2017**

1. Ata

A representação empresarial indicou a necessidade de ajustes mínimos (de grafia e de forma, e não no conteúdo) na minuta da ata da 88ª Reunião elaborada pelo Ministério do Trabalho. A representação dos trabalhadores também indicou a necessidade de algumas correções. Após as manifestações das representações e a inserção das considerações da representação empresarial e dos trabalhadores, a ata da 88ª Reunião foi aprovada por todos. A assinatura foi realizada no segundo dia de reunião.

2. Informe sobre Atos Normativos Publicados

Portaria SIT nº 609, de 30/03/2017 - Prorroga em 60 (sessenta) dias o prazo da consulta pública do texto técnico básico para criação da Norma Regulamentadora (NR) referente às atividades de limpeza urbana;

Portaria SIT nº 626, de 30/05/2017 - Altera a composição da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP);

Portaria SIT nº 627, de 30/05/2017 - Altera a Portaria SSST nº 02, de 10 de abril de 1996;

Define as entidades governamentais, bem como as confederações patronais que fazem parte da CTPP.

Portaria Ministério do Trabalho nº 790, de 09/06/2017 - Altera a NR 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval.

NR 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval

Item 34.16 (Serviços de Apoio de Estruturas Flutuantes)

Item 34.17 (Plano de Respostas às Emergências)

Velocidade do Vento em *Offshore* para Montagem, Desmontagem e Manutenção de Andaimos.

A coordenadora da CTPP e diretora do DSST, Eva Pires, fez a proposição de que todos os assuntos pautados referentes às propostas de alteração da NR 34 e por sua vez a alteração no grau de risco da NR 04 sejam remetidos à Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) da NR 34 para rediscussão. As bancadas dos trabalhadores e dos empregadores concordaram com a proposta do governo, sendo que, em relação ao item 34.16, a bancada dos trabalhadores posicionou-se no sentido de que o mesmo fosse aprovado.

O coordenador da bancada dos trabalhadores, *Maradona*, enfatizou a necessidade da urgente publicação, pelo menos, das portarias de alteração do texto da NR 12, em virtude da tramitação da Proposta de Decreto Legislativo do Senado Federal (PDS) nº 43/2015, que susta o texto da norma.

A bancada dos empregadores posicionou-se no sentido de que, na sua visão, o pedido de arquivamento pelas três bancadas somente deverá ser feito após o cumprimento da integralidade do acordo firmado no Senado Federal, o qual implica ainda na separação de obrigações entre usuários e fabricantes, cuja proposta de texto deverá começar a ser analisada em agosto de 2017 pela CNTT da NR 12.

### 3. Grupos em formação

#### a) Subcomissão de Matriz de Capacitação

A diretora do DSST, Eva Pires, entregou aos coordenadores das bancadas dos trabalhadores e dos empregadores um ofício solicitando a indicação de seus representantes para composição dessa subcomissão.

A bancada dos trabalhadores comentou sobre a necessidade de harmonizar, inclusive as definições de "trabalhadores qualificados", "capacitados" e "legalmente habilitados".

José Luiz (CNI) comentou que já vem trabalhando nesse assunto há algum tempo, inclusive com a participação do auditor fiscal do Trabalho, Lumbreras, lotado na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Estado do Rio de Janeiro.

O representante da Indústria destacou que, no seu entendimento, as competências pelo aprendizado nas capacitações obrigatórias das NRs deveriam ser do trabalhador e não da empresa.

A bancada dos trabalhadores ponderou que entende a questão do reaproveitamento das matérias de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) ministradas aos trabalhadores, contudo enfatizou a importância de alinhar a matriz de competência com a questão da reciclagem dos cursos, uma vez que, no seu entendimento, algumas pessoas que já fizeram os cursos acabaram não absorvendo o conhecimento da matéria.

O coordenador da bancada dos trabalhadores, *Maradona*, fez solicitação à CTPP que essa subcomissão fosse composta por seis membros de bancada, permitindo dessa forma que todas as centrais sindicais que compõem a CTPP indicassem representantes. As bancadas dos empregadores e de governo concordaram com a proposta.

c) Grupo de Estudo Tripartite (GET) – Anexo 3 (Calor) da NR 15 - Atividades e Operações Insalubres

O coordenador em exercício da bancada dos empregadores, Rafael Kieckbusch, afirmou que todas as indicações da representação empresarial já foram encaminhadas ao MTb.

Eva Pires (MTb) comentou que o MTb já produziu um documento-base e que o encaminhará no prazo de 30 (trinta) dias para conhecimento prévio das bancadas.

Foi colocada por alguns representantes das bancadas dos empregadores e dos trabalhadores a necessidade de registro de atas das comissões e que sejam inseridas no site do MTb.

#### 4. Informes sobre NRs

a) Limpeza Urbana - Audiências Públicas

O coordenador-geral de Normatização e Programas (CGNOR), Elton Machado, destacou a importância da realização de quatro audiências públicas realizadas pelo MTb (em São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Brasília) para discutir o texto da futura NR de limpeza urbana.

O coordenador da bancada dos trabalhadores, *Maradona*, comentou a importância do sistema tripartite e que essa norma de limpeza urbana tem demonstrado isso.

Elton Machado (MTb) comentou que o sucesso apresentado pelas audiências públicas da norma de limpeza urbana deixa claro a importância das mesmas e não se pode mais deixar de fazer isso para as futuras discussões de novas normas.

b) NR 12 - Segurança no Trabalho com Máquinas e Equipamentos

O governo informou sobre a mudança na coordenação da CNTT da NR 12 e que o novo coordenador é o auditor fiscal do Trabalho Hildeberto Nobre Júnior, lotado na SRTE do Estado de São Paulo. O novo coordenador participa dos debates da NR 12 desde 2009.

c) NR 16 - Atividades e Operações Perigosas - Anexo 5 - Atividades Perigosas com Motocicletas

Elton Machado do Ministério do Trabalho fez breve histórico a respeito do tema, lembrando que essa matéria foi regulamentada em virtude da publicação da Lei nº 12.997/2014, que acrescentou o parágrafo 4º no artigo 193 da CLT, determinando o pagamento do adicional de periculosidade.

Disse que após a publicação da Portaria SIT nº 1.565/14, que alterou a redação da NR 16 (Periculosidade), diversas entidades empresariais obtiveram na justiça liminares que as desobrigaram do pagamento do adicional ao trabalhador em razão da contestação ao procedimento adotado pelo MTb quando da regulação da matéria.

No caso dos trabalhadores, a posição é de que a lei não limitou o pagamento a nenhuma categoria profissional específica, e que, portanto, a regulamentação do Ministério do Trabalho também assim não poderá fazê-lo.

Já a representação dos empregadores destaca que a lei foi precisa ao indicar somente o uso da "motocicleta", e que, portanto, a regulamentação do MTb não poderá inovar, com a inserção de outros veículos motorizados, regulamentados pelo Contran, como é o caso de ciclomotores, motonetas, dentre outros.

d) NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

A diretora do DSST, Eva Pires, comentou sobre o fechamento do texto no âmbito do GTT e que foi acordado um prazo de 90 (noventa) dias para consulta às bases. O Ministério da Saúde solicitou a participação na reunião de agosto do GTT. O MTb lembrou que, no retorno das atividades do GTT no segundo semestre de 2017, o objetivo não será a rediscussão do texto concluído, mas sim ajustes finos que por ventura sejam necessários antes do mesmo ser encaminhado à CTPP para deliberação.

## 5. Alteração de Normas Regulamentadoras

a) NR 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - Alteração de Grau de Risco dos CNAEs 3011-3 e 3012-1

A coordenadora da CTPP, Eva Pires (MTb), posicionou-se no sentido de que, pela bancada do governo, todos os assuntos pautados referentes às propostas de alteração da NR 34 e por sua vez da alteração no grau de risco da NR 04 sejam remetidos à CNTT da NR 34 para rediscussão. As bancadas dos trabalhadores e dos empregadores concordaram com a proposta do governo.

b) NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos - Alteração de itens

Foi esclarecido que a proposta para deliberação seria somente da primeira página até o item 16 da segunda página do documento encaminhado. Que os demais itens contidos no documento não serão objeto de deliberação.

c) NR 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração - Nova redação para os itens 22.26 e 22.32

Houve um questionamento formulado pela bancada dos trabalhadores quanto à ausência da alínea "j", atualmente em vigor, no texto proposto de alteração do item 22.32.1.

Rafael Kieckbusch (CNI) sugeriu retornar para a comissão nacional, visando o esclarecimento dessa ausência.

Robson Spinelli (Fundacentro) corroborou com a posição de Rafael (CNI), justificando que não pode haver análise pela CTPP sem que antes haja rediscussão da matéria por parte da CPNM.

Eva Pires (MTb) informou que o DSST encaminhará a proposição para a CPNM acompanhada de uma solicitação para que seja feita uma justificação por parte daquela comissão, visando informar aos membros da CTPP as reais necessidades de alteração do texto vigente.

d) NR 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário - Alteração de itens

Inicialmente, a representação empresarial manifestou-se favorável à aprovação, contudo, em razão de solicitação da bancada dos trabalhadores para alteração dos termos "condições inseguras" e "quase acidentes" contidos no documento original, acordou-se entre as três bancadas a necessidade do documento retornar à CPNAq para rediscussão da matéria.

e) NR 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval

Item 34.16 (Serviços de Apoio de Estruturas Flutuantes)

Item 34.17 (Plano de Respostas às Emergências)

Velocidade do Vento em *Offshore* para Montagem, Desmontagem e Manutenção de Andaimos.

f) NR 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados

Anexo II (Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano)

Alteração na redação dos itens 1.1.6, 1.2.5, 1.3.3 e 1.3.8.6 do Anexo II

Após a explanação da proposta pela diretora do DSST, Eva Pires, as propostas foram aprovadas sem questionamento pelas bancadas dos trabalhadores e dos empregadores.

6. Outros Assuntos

a) Campanha Nacional de Prevenção ao Acidente de Trabalho (Canpat)

A diretora do DSST, Eva Pires, informou sobre o resgate em 2017 da Canpat. Disse que o tema da Canpat 2017 foi "Conhecer para Prevenir". O objetivo foi dar visibilidade à prevenção de acidentes e às doenças do trabalho, que atingem, diretamente ou indiretamente, a todo o conjunto da sociedade.

b) Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Marco Promocional em Segurança e Saúde no Trabalho) e Recomendação

Após apresentação da proposta pela diretora do DSST, foi solicitado um prazo pela bancada dos empregadores, até a próxima reunião da CTPP, para retorno sobre a adesão ou não das Confederações à ratificação pelo Estado brasileiro da referida Convenção da OIT. O coordenador da bancada dos trabalhadores, ponderou que vale ressaltar que essa questão é uma decisão de governo, e que a ratificação desse instrumento internacional é do interesse da representação dos trabalhadores.

c) NR 31 (Projeto de Lei nº 6.442/16 - Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências)

Eva Pires do Ministério do Trabalho fez apenas um informe de que a promulgação da proposta contida no Projeto de Lei (PL) nº 6.442/16 pode levar à revogação da NR 31.

A representação empresarial comentou a necessidade de provocar o reinício da retomada das reuniões da Comissão Permanente Nacional Rural (CPNR).

O coordenador da bancada dos trabalhadores, disse que a CTPP deveria atuar para, a exemplo da NR 12, obter os esclarecimentos do proponente do PL.

d) Norma de Higiene Ocupacional (NHO) de Iluminância

Sobre a NHO de Iluminância, Robson Spinelli (Fundacentro) comentou sobre os trabalhos de construção da norma e que foi solicitada a participação de outras representações.

Destacou que pela representação empresarial participaram Ana Pimentel (CNI) e Gerson (CNI/Firjan). Que os objetivos básicos da norma serão: identificar parâmetros qualitativos e quantitativos para avaliação de iluminamento e estabelecer níveis mínimos de iluminamentos em ambientes internos. Comentou por fim que em análise técnica deveria ser observada a ISO 8995-1 e não a antiga NBR 5413.

e) Manual da NR 35 - Trabalho em Altura

Sobre a NR 35, Eva Pires informou sobre a conclusão do manual, o qual deverá ser publicado em breve.

f) Parecer da Fundacentro sobre Raios X Móveis

A bancada patronal, e em especial o representante da CNS, cobrou posicionamento da Fundacentro acerca da elaboração e disponibilização à

representação empresarial do parecer daquela entidade sobre a não caracterização da periculosidade em razão da exposição do trabalhador à radiação ionizante ocasionada por aparelhos de raios X Móveis.

Robson Spinelli (Fundacentro) assumiu o compromisso de encaminhar o seu parecer até o dia 26 de julho de 2017 ao MTb (DSST) e posteriormente às bancadas dos trabalhadores e dos empregadores da CTPP.

#### g) Curso de pós-graduação em SST da Fundacentro

A representação patronal comentou que está prevista uma pós-graduação da Fundacentro em SST para 1.200 auditores fiscais do Trabalho e solicitou a possibilidade de abrir vagas para as confederações empresariais encaminharem seus técnicos para essa capacitação. Informou que se trata de um curso EaD (semipresencial), o que permitiria a participação das entidades das categorias econômicas.

Paulo Arsego, presidente da Fundacentro, comentou que sobre esse assunto há interesse da Fundacentro em proporcionar esse curso para a sociedade, no entanto, para essa primeira turma, não seria possível, pois já há um edital e todo um rito para o curso.

#### h) Vagas empresariais no Conselho Curador da Fundacentro

O presidente da Fundacentro disse ficar contente com o interesse das entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores em estarem representadas no conselho da entidade, e que está buscando uma interlocução com a Casa Civil para a publicação de um decreto presidencial que aumente o número de vagas no Conselho Curador, permitindo assim a nomeação de centrais e confederações que hoje não detêm assento.

#### i) Retomada das negociações da Comissão Tripartite Permanente Nacional (CTPN) da NR 32 - Segurança e Saúde em Estabelecimentos de Saúde

Clovis Queiroz (CNS) solicitou, no que foi apoiado pelo representante da CNC, a retomada das reuniões da CTPN da NR 32.

Disse que a retomada das negociações será um marco importante para a segurança e saúde no trabalho nos estabelecimentos de saúde, e que gostaria de continuar a contar com o apoio dessas entidades para que a primeira reunião da CTPN seja realizada na sede da CNS, na cidade de Brasília. A diretora do DSST e o presidente da Fundacentro apoiaram o pleito da CNS.

#### j) *Software* sobre IBUTG no site da Fundacentro

José Luiz (CNI) destacou a questão de existir no site da Fundacentro, para avaliação de IBUTG, um *software* que detém deficiências na própria ferramenta e que está sendo usado por promotores para ações relacionadas ao calor.

Sugeriu, que o DSST elaborasse uma nota técnica informando que essa ferramenta é boa, mas não substitui a necessidade de um laudo técnico

profissional feito no local da atividade do trabalhador, como consta inclusive na NHO 06 da própria Fundacentro.

Eva Pires (MTb) solicitou que a bancada dos empregadores provocasse oficialmente o governo para melhor encaminhamento da formulação da nota técnica do DSST.